



Em 2019, a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) terá como desafio o desenvolvimento das [14 Ações](#) aprovadas na XVI Reunião Plenária da Estratégia, realizada em novembro de 2018, em Foz do Iguaçu/PR.

A Secretaria Executiva tem trabalhado, durante o mês de janeiro, nos preparativos para a formação dos Grupos de Trabalho de cada uma das novas Ações. Enviados os ofícios solicitando às instituições que indicassem seus representantes, estamos a compilar as indicações realizadas. Proximamente serão agendadas as reuniões preparatórias com os coordenadores das iniciativas, com vistas a se elaborarem os planos de trabalho. No mês de março, os Grupos de Trabalho das Ações darão início a suas atividades, com as primeiras reuniões.

Aos participantes que ainda não indicaram representantes, é fundamental que encaminhem os nomes e os dados para contato, o mais brevemente possível, para o e-mail: [enccla@mj.gov.br](mailto:enccla@mj.gov.br). Cada órgão participante da Enccla deve indicar um ponto focal, além dos representantes titular e suplente em cada Ação da qual deseje e possa participar. Durante o ano de 2018, cada Ação realizou, em média, 6,27 reuniões.

Conheça todos os [resultados produzidos pelas Ações da Enccla em 2018](#).

Secretaria Executiva

# CURTAS

Este espaço é aberto à divulgação de eventos, agendas e demais temáticas que sejam relevantes para os integrantes da Enccla.

Contato: [comunica.enccla@mj.gov.br](mailto:comunica.enccla@mj.gov.br)

# MATÉRIAS

## **Grupo de Trabalho do MJSP apresentará sugestões para revisão do sistema de prevenção à lavagem de dinheiro**

Atividades serão concluídas em 30 dias



Brasília, 29/01/2019 - Com o objetivo de examinar e formular sugestões sobre as propostas normativas do Banco Central do Brasil de revisão do sistema de prevenção à lavagem de dinheiro, o ministro Sergio Moro criou, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Grupo de Trabalho integrado por representantes do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional- DRCI e da Polícia Federal. Conforme a Portaria, publicada na edição desta terça-feira (29) no Diário Oficial da União, o Grupo terá 30 dias para a concluir suas atividades.

A consulta pública aberta pelo Banco Central será encerrada no dia 18 de março. A coordenação do Grupo de Trabalho caberá ao representante do Conselho de Controle de Atividades Financeiras. Os dirigentes dos órgãos do Ministério da Justiça e Segurança Pública indicarão os representantes titular e suplente que participarão do Grupo de Trabalho. O resultado do trabalho deste Grupo será consolidado e apresentado ao Ministro da Justiça e Segurança Pública.

Clique [aqui](#) e veja a portaria.

<http://justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1548766279.44>

## **Moro cria grupo para avaliar revisão de normas do BC sobre lavagem de dinheiro**

29.jan.2019 às 7h10  
Frederico Vasconcelos

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, criou Grupo de Trabalho para “examinar e formular sugestões sobre as propostas normativas do Banco Central do Brasil de revisão do sistema de prevenção à lavagem de dinheiro”.

A audiência pública para introduzir mudanças na forma como os bancos devem comunicar ao Coaf casos suspeitos de lavagem estimulou, na semana passada, uma forte polêmica sobre os riscos de a revisão reduzir o combate à corrupção.

Portaria assinada nesta segunda-feira (28) dá prazo de 30 dias para a conclusão das atividades pelo Grupo de Trabalho.

O grupo será composto por representantes do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça, e representantes da Polícia Federal. A coordenação do Grupo de Trabalho caberá ao Coaf.

O ministro da Justiça –que se encontrava em Davos– fez ressalvas na última quinta-feira (24) à proposta de retirar parentes de autoridades da lista de vigilância obrigatória dos bancos. “Talvez eles não estejam propondo a coisa certa”, afirmou Moro. Ele disse que “têm de ser avaliadas as razões da proposta”.

A Folha informou que o Coaf foi transferido do antigo Ministério da Fazenda para a administração de Moro desde janeiro, mas a pasta não havia sido ouvida sobre o tema. O Ministério Público também não foi consultado antes da publicação de minuta da circular do BC.

<https://blogdofred.blogfolha.uol.com.br/2019/01/29/moro-cria-grupo-para-avaliar-revisao-de-normas-do-bc-sobre-lavagem-de-dinheiro/>

## **Em Davos, ministro Sergio Moro destaca a importância do combate à corrupção e ao crime organizado para melhoria do ambiente de negócios**

Ministro fez parte de comitiva do presidente Jair Bolsonaro no Fórum Econômico Mundial



Brasília, 25/01/2019 - Nos três dias de participação em painéis e reuniões do Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, destacou a importância do combate à corrupção e ao crime organizado para o desenvolvimento do ambiente de negócios e para a recuperação da confiança do povo em seu país. Descreveu avanços alcançados, ressaltou a necessidade de políticas públicas neste setor e defendeu uma cooperação mais ágil entre os países, por meio de plataformas eletrônicas.

O ministro fez parte da delegação do presidente da República, Jair Bolsonaro, que esteve em Davos entre 22 e 24 de janeiro. A delegação foi composta, também, pelos ministros da Economia, Paulo Guedes; das Relações Exteriores, Ernesto Araújo; do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Eleno e da Secretaria-Geral da Presidência, Gustavo Bebbiano.

Como debatedor, Sergio Moro participou dos painéis: “Restaurando a confiança na Liderança”, “Encontro do PACI (Iniciativa de Parceria Contra a Corrupção do Fórum Econômico Mundial) e “No escuro: crime globalizado”. Também fez parte de um almoço de debate sobre o futuro do Brasil, com a participação de autoridades, lideranças e empresários estrangeiros, oportunidade em que o Presidente e os Ministros expuseram planos de trabalho do novo Governo.

No debate “Restaurando a confiança na Liderança”, o ministro afirmou que a corrupção deve ser analisada nos aspectos que vão além do crime econômico, pois atos corruptos prejudicam a confiança do povo em seu País. Relatou os avanços obtidos no combate a esse delito, nacionalmente e no âmbito da cooperação internacional, mas ressaltou a necessidade de o país desenvolver políticas públicas que fortaleçam o cenário alcançado e propiciem melhores condições de trabalho nessa seara. “Discurso anticorrupção deve ser acompanhado de ações contra corrupção”, afirmou, em Davos.

No encontro fechado do PACI (Partnering Against Corruption), entre representantes governamentais e empresários, Sergio Moro sustentou que corrupção também prejudica a competição justa entre as empresas e fez um apelo para que o setor privado se una para combater a corrupção no setor público, em especial as empresas que já são signatárias do PACI, para que assumam o compromisso de cooperar com as investigações. Nesse encontro também foram discutidos modelos de acordos de leniência.

Além de uma cooperação mais ágil entre os países, nas discussões do último dia do Fórum, no painel intitulado “No escuro: crime globalizado”, o ministro defendeu a necessidade de formação de Equipes Conjuntas de Investigação, previstas em acordos internacionais e regionais, para acelerar a

luta contra a criminalidade internacional. Para o chefe da pasta de Justiça e Segurança Pública, são necessárias medidas como Grupos de Trabalho inter-institucionais, investigações efetivas, isolamento dos líderes das organizações criminosas, tecnologia investigativa e recursos financeiros e humanos.

Em Davos, o ministro da Justiça e Segurança Pública também teve reuniões bilaterais com Delia Ferreira, Presidente da Transparência Internacional; Joel Kaplan, Vice-Presidente para as Políticas Públicas Globais do Facebook; Roberto Azevedo, Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio; Jüngen Stock, Secretário-Geral da INTERPOL e Ramya Krishnaswamy, Chefe do PACI.

### **O Fórum Econômico Mundial de 2019**

A encontro anual Fórum Econômico Mundial reúne líderes da sociedade global. Os chefes e membros de mais de 100 governos, altos executivos das principais empresas mundiais, líderes de organizações internacionais e organizações não-governamentais relevantes, líderes culturais e sociais se encontram, no início de cada ano, para definir prioridades e moldar agendas globais, setoriais e regionais.

O tema deste ano (Globalização 4.0: Moldando uma Arquitetura Global na Era da Quarta Revolução Industrial) teve por objeto a convocação e o engajamento da comunidade para a geração de reflexões e de tecnologias capazes de moldar uma nova estrutura para a cooperação global. A Reunião Anual do Fórum Econômico de 2019 contribuiu para o desenvolvimento de estratégias da Globalização 4.0 e seu impacto futuro na cooperação internacional e na Quarta Revolução Industrial.

### **O que é a iniciativa PACI**

Lançada em 2004, a PACI atua como a principal plataforma liderada por CEOs na arena global de combate à corrupção, com base nos pilares da cooperação público-privada, liderança responsável e avanços tecnológicos. Com aproximadamente 90 signatários de diferentes setores em todo o mundo, a PACI atua como a voz de negócios líder em anticorrupção e transparência.

<http://justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1548450008.34>

## **Ministro Sergio Moro apresentará a governadores, em fevereiro, proposta de Projeto de Lei anticrime**

Texto a ser enviado ao Congresso tem como objetivo aumentar eficácia no combate ao crime organizado, crimes violentos e corrupção



Brasília, 25/01/2019 – O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, apresentará aos governadores e secretários estaduais de segurança pública, no dia 4 de fevereiro, a proposta de Projeto de Lei Anticrime. O convite para o encontro a ser realizado no Palácio da Justiça, em Brasília (DF), foi enviado aos governadores na quinta-feira (24).

O envio do Projeto de Lei Anticrime ao Congresso Nacional é uma das três metas prioritárias do Ministério da Justiça e Segurança Pública para os 100 primeiros dias de governo. O objetivo é aumentar a eficácia no combate aos crimes e reduzir pontos de estrangulamento do sistema de justiça criminal.

Em discurso durante cerimônia de posse como Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro destacou que a estratégia do projeto não será apenas elevar penas.

“Pretende-se enfrentar os pontos de estrangulamento da legislação penal e processual penal e que impactam a eficácia do Sistema de Justiça Criminal”, afirmou na ocasião.

Segundo o ministro, o projeto terá medidas pontuais e eficazes em relação ao crime organizado, crimes violentos e corrupção. Entre os pontos a serem abordados no projeto estão a previsão de operações policiais disfarçadas, proibição de progressão de regime para membros de organizações criminosas armadas, além de deixar claro a execução da condenação criminal após julgamento em segunda instância.

O texto será enviado ao Congresso Nacional no início dos trabalhos do Legislativo, em fevereiro.

Informações sobre cobertura da imprensa no dia da reunião serão divulgadas em breve.

<http://justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1548428230.1>

## **Projeto de lei anticrime é uma das prioridades do MJSP para os 100 primeiros dias**

Operação Lava Jato também será reforçada com mais de 50 policiais em dedicação exclusiva



*Foto: Valter Campanato/Agência Brasil*

Brasília, 24/01/2018 – O combate ao crime organizado, ao crime violento e à corrupção são as prioridades do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O aperfeiçoamento da legislação é considerado uma das medidas essenciais para enfrentar esses três problemas.

Neste sentido, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, definiu como uma das três metas prioritárias da pasta para os primeiros 100 dias de governo o envio ao Congresso Nacional de um projeto de lei anticrime.

O projeto de lei anticrime terá como objetivo aumentar a eficácia no combate aos crimes e reduzir pontos de estrangulamento do sistema de justiça criminal. O texto será apresentado no início dos trabalhos do Legislativo, em fevereiro.

A proposta faz parte das 35 metas apresentadas pelo governo federal nesta quarta-feira (23) e que envolvem todos os ministérios.

Outro compromisso do Ministério da Justiça e Segurança Pública nos primeiros 100 dias de governo é a recomposição do efetivo de policiais envolvidos na Operação Lava Jato no Distrito Federal, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Serão mais de 50 policiais federais com dedicação exclusiva às investigações da Operação Lava Jato.

O decreto que facilita a posse de armas, construído com a colaboração do ministério, já foi assinado pelo presidente Jair Bolsonaro em 15 de janeiro.

<http://justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1548355549.74>

## **Empresa de Itabaiana é a única a atingir nota máxima em avaliação Tribunal de Contas de Sergipe (TCE-SE) por Redação do Portal Itnet**

24/01/2019

Periodicamente o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE-SE) realiza avaliações sobre os índices de transparência dos municípios sergipanos, em seus respectivos sites e portais de acesso.

A medida é lei e vale tanto para Prefeituras Municipais, como Câmaras Municipais, dentre alguns outros órgãos específicos.

Os órgãos que descumprem as leis de acessibilidade e transparência poderão responder por ato de improbidade administrativa e os municípios poderão ter suspensas as transferências voluntárias de recursos da União.

Em 2018, o TCE-SE realizou 361 fiscalizações em portais de transparência de prefeituras, câmaras municipais, órgãos de previdência, secretarias e demais jurisdicionados, e o principal objetivo do órgão é seguir a métrica adotada pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), coordenada pelo Ministério da Justiça.

Segundo os critérios de avaliação do TCE-SE, os portais recebem notas de acordo com cada quesito avaliado, desde informações referentes a receitas, despesas, processos licitatórios, folha de pagamento, como também à segurança do site, acessibilidade para portadores de deficiência, entre outras.

Tweb Agência Digital conquista por dois anos consecutivos a única nota 10,0 em portal de transparência para Câmaras Municipais.

Por dois anos consecutivos, o Portal da Câmara Municipal de Pinhão, mantido e desenvolvido pela ITweb Agência Digital, empresa de Itabaiana-SE conquista a nota máxima (10,0) na avaliação de boas práticas de transparência, segundo o TCE-SE.

Além da Câmara Municipal de Itabaiana, portal de transparência também desenvolvido pela ITweb, registrou notas 10,0 em 2017, e 9,9 em 2018.

Além desses, demais órgãos mantidos pela ITweb também obtiveram notas excelentes e acima de 9,0 conforme a avaliação do TCE-SE.

Solicite a demonstração e orçamento do Portal de Transparência – ITweb Agência Digital

Mesmo após o sucesso isolado na avaliação, a empresa acima resolveu inovar e traz um novo portal de transparência para 2019, que não só deverá garantir as notas altas, como estar ainda mais adaptado às exigências e necessidades dos tribunais de contas, bem como gestores e cidadãos que buscam nos portais toda a informação que o órgão deve lhe transparecer.

Solicite uma demonstração e orçamento grátis: 79 98131-0045 ou atendimento@itweb.net.br

Todas avaliações e normas observadas pelo Tribunal estão disponíveis para consulta no site do órgão.

<https://itnet.com.br/noticia/37748/empresa-de-itabaiana-e-a-unica-a-atingir-nota-maxima-em-avaliacao-tribunal-de-contas-de-sergipe-tce-se>

## **Receita decide investigar nomes citados pelo Coaf**

Estadão Conteúdo  
23/01/19 - 11h25

A Receita Federal vai fechar o cerco em torno dos deputados estaduais do Rio e servidores da Assembleia Legislativa do Estado envolvidos com movimentações financeiras consideradas atípicas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Entre os alvos, estão Flávio Bolsonaro (PSL) e seu ex-assessor Fabrício de Queiroz. A partir desta semana, o Fisco começa a fazer o cruzamento das informações levantados pelo Coaf com as declarações de Imposto de Renda dos citados na Operação Furna da Onça.

O jornal O Estado de S. Paulo mostrou que a apuração envolve 27 deputados e 75 servidores. Desse total, ao menos 28 funcionários e ex-funcionários da Alerj possuem uma movimentação financeira no mesmo padrão da de Queiroz – com recebimentos de outros servidores da Alerj, saque e depósitos em espécie e em dias próximos ao pagamento do salário.

O pente-fino será feito em conjunto entre as áreas de fiscalização e de inteligência da Receita e vai garantir o aprofundamento das investigações pelo viés tributário. Servidores da Receita dizem que a lupa pode ajudar a esclarecer pontos de interrogação na investigação criminal.

A Receita consegue identificar, por exemplo, se uma empresa que eventualmente fez um depósito para um deputado ou seu assessor é de fachada. Dona do maior banco de dados da América Latina, o órgão dispõe de informações que podem apontar se a firma tem funcionários, quantos e qual seu rendimento.

A área de inteligência da Receita participou da primeira fase da Operação Furna da Onça, para a qual o Coaf produziu os relatórios. A retomada da análise dos dados, desta vez cruzando as informações, é considerada no órgão como sequência natural desse trabalho. Se o cruzamento aponta incoerência entre as operações financeiras e a declaração de IR, a pessoa é autuada.

## Dinheiro vivo

O relatório do Coaf mostrou que o filho do presidente Jair Bolsonaro recebeu em sua conta depósitos fracionados no valor de R\$ 2 mil cada no total de R\$ 96 mil, além do pagamento de título da Caixa de R\$ 1 milhão. Os dois casos estariam relacionados à compra de imóveis. Flávio disse em entrevista que recebeu R\$ 96 mil em dinheiro vivo. A Receita tem como investigar se essa explicação é coerente com os fatos cruzando os dados dele e do vendedor.

Com relação a Queiroz, o Coaf identificou movimentações suspeitas numa conta que movimentou R\$ 1,2 milhão entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017. Além disso, as informações do Coaf revelam que ele recebeu pagamento em sua conta de ao menos oito funcionários do gabinete de Flávio.

Segundo o jornal O Globo, em outros dois anos Queiroz teria movimentado R\$ 5,8 milhões. Nesse período, ele ainda trabalhava para Flávio na Alerj.

Como revelou o Estado, Queiroz repassou ainda R\$ 24 mil para a conta da primeira-dama, Michelle Bolsonaro. Na época, o presidente justificou que era pagamento de um empréstimo que ele havia feito a Queiroz e que usou a conta da mulher porque não tinha tempo para ir ao banco.

Uma fonte da Receita diz que esse é um dos detalhes que será apurado no pente-fino. Queiroz será chamado a esclarecer o repasse feito para a primeira-dama. Se confirmar que se trata de um empréstimo de Bolsonaro, terá de demonstrar como ele recebeu esse dinheiro do presidente. Nesse caso, será checado se o valor saiu mesmo da conta de Bolsonaro.

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, formada por mais de 90 entidades, vai retomar neste ano a discussão sobre pagamento em dinheiro vivo para a compra de bens. O assunto foi tema no ano passado, mas não se chegou a uma conclusão. Uma das ideias é impedir a compra de imóveis dessa forma. Nenhuma parcela do valor poderia ser feita sem passar pelo sistema financeiro. Os investigadores dizem genericamente que a compra de bens em dinheiro vivo é uma das formas de lavagem de dinheiro. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,receita-decide-investigar-nomes-citados-pelo-coaf,70002690452>

## Secont vai priorizar quatro ações para ampliar transparência e combater corrupção



A Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont) definiu quatro ações da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) como prioritárias em 2019, com o objetivo de ampliar a transparência pública e atuar na prevenção e no combate à corrupção. As prioridades foram debatidas em reunião, na tarde desta segunda-feira (21).

Participaram da reunião, o secretário Edmar Camata; o subsecretário de Estado de Controle, Marcelo Campos Antunes; a subsecretária de Estado da Transparência, Mirian Porto do Sacramento; o subsecretário de Estado de Integridade Governamental e Empresarial, Marcelo Martins Altoé; e o auditor Helmut D'auvila.

As diretrizes fazem parte de um conjunto de 14 ações aprovadas durante a XVI Reunião Plenária da Enccla, realizada em novembro, em Foz do Iguaçu (PR). A cada ano, os órgãos participantes da Enccla definem as ações que serão executadas no ano seguinte por grupos de trabalho por eles constituídos e coordenados.

A ação 1 trata do incremento da transparência por meio do desenvolvimento de plataformas digitais e outras medidas de fortalecimento da participação social. A ação 3 prevê a elaboração de uma Cartilha de Integridade para os gestores públicos, com normas de conduta para a realização de compras.

A ação 5 fala do incremento de mecanismos para o acesso das instituições de controle a dados e extratos bancários que envolvam recursos públicos. A ação 6 propõe o acompanhamento da evolução patrimonial dos servidores públicos, como forma de prevenção e combate à corrupção.

## **O que é a Enccla**

A Enccla foi criada em 2003 com o objetivo de contribuir para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro no País, por iniciativa do Ministério da Justiça, e consiste na articulação de diversos órgãos dos três poderes da República, Ministérios Públicos e da sociedade civil, que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate a esses ilícitos penais. Atualmente, cerca de 60 órgãos e entidades fazem parte da Enccla.

Clique [aqui](#) e veja a lista completa de ações

### **Saiba mais:**

As ações da Enccla definidas como prioridade pela Secont

Ação 1: Desenvolver projeto de plataforma digital e outras medidas voltadas à transparência pública, aos dados abertos e à participação social

Ação 3: Elaborar, publicar e divulgar cartilha de integridade nas compras públicas dirigida a gestores públicos

Ação 5: Padronizar procedimentos para acesso das instituições de controle, fiscalização e persecução aos bancos de dados e aos extratos bancários que envolvam recursos públicos

Ação 6: Prevenir e combater a corrupção e a lavagem de dinheiro por parte de agentes públicos mediante acompanhamento da evolução patrimonial e dos bens em uso

Informações para a imprensa:  
Assessoria de Comunicação da Secont-ES  
Cintia Bento Alves  
E-mail: [cintia.alves@secont.es.gov.br](mailto:cintia.alves@secont.es.gov.br)  
Telefone: (27) 3636-5354 / (27) 98895-1695  
[www.secont.es.gov.br](http://www.secont.es.gov.br)

<https://secont.es.gov.br/Noticia/secont-vai-priorizar-quatro-acoes-da-enccla-para-ampliar-transparencia-e-combater-corrupcao>

## **Moro dirá em Davos que combate à corrupção vai melhorar ambiente de negócios no Brasil**

G1

Por João Borges  
10/01/2019 22h07

O ministro da Justiça, Sérgio Moro, acompanhará o presidente Jair Bolsonaro no Fórum Econômico Mundial, em Davos, e dirá que o combate à corrupção atende a uma questão ética e também econômica: contribui para melhorar o ambiente de negócios no Brasil.

O encontro, na Suíça, acontecerá entre os dias 22 e 25 deste mês e reunirá cerca de 250 autoridades do G20 (grupo que reúne as 20 principais economias do mundo) e de outros países.

O tema do fórum será "Globalização 4.0: Moldando uma arquitetura global na era da quarta revolução industrial".

Conforme revelou o jornalista Heraldo Pereira no Jornal das Dez (GloboNews), Bolsonaro não fará um discurso de improviso. Com isso, o presidente já está rascunhando a fala em Davos.

### **Participação de Moro**

Moro falará no fórum sobre as três prioridades da gestão dele à frente do ministério: combate à corrupção, ao crime organizado e aos crimes de violência.

A presença do ministro em Davos faz parte da estratégia do governo de melhorar a imagem do país no exterior.

A mensagem que o governo quer passar é que o país está na vanguarda do combate à corrupção.

O combate ao crime organizado e aos crimes violentos também têm sua vertente econômica: investimentos externos deixam de ser realizados pelo clima de insegurança nas principais cidades do país.

A indústria de turismo, grande geradora de emprego, também sofre com a violência, pois afasta o turista estrangeiro. Um exemplo do momento é Fortaleza (CE): o número de visitantes diminuiu com a onda de ataques dos últimos dias.

<https://g1.globo.com/economia/blog/joao-borges/post/2019/01/10/moro-dira-em-davos-que-combate-a-corrupcao-vai-melhorar-ambiente-de-negocios-no-brasil.ghtml>

# ENCCLA

Este Boletim é elaborado e divulgado pela Secretaria Executiva da ENCCLA  
Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional  
Secretaria Nacional de Justiça - Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Contato: [comunica.enccla@mj.gov.br](mailto:comunica.enccla@mj.gov.br) ou 61 2025-8900